

ACESSO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA POR MEIO DO PROUNI: ALGUNS PONTOS PARA REFLEXÃO

Laélia Portela Moreira

Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESA
moreira.laelia@gmail.com

Resumo: A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) assinalou importante momento da educação brasileira contribuindo para a afirmação do Curso de Pedagogia. A partir de então, novas exigências e espaços de formação foram delimitados. O trabalho aborda o Programa Universidade para Todos (ProUni), na perspectiva dos possíveis rebatimentos dessa política no campo da Pedagogia, a partir de pesquisa sobre a oferta de bolsas desse Programa em cursos de Pedagogia da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: ProUni; formação de professores; curso de pedagogia.

INTRODUÇÃO

A trajetória do curso de Pedagogia no Brasil pode ser compreendida acompanhando-se o movimento de educadores, os debates sobre a formação de pedagogos e professores e a publicação de estudos, cujos resultados têm demonstrado a persistência, no campo educacional, de problemas que, independentemente da ampliação de espaços formativos e do volume crescente das pesquisas realizadas, permanecem desafiando tanto os formuladores de políticas públicas, quanto aqueles que no meio acadêmico se dedicam a estudar o assunto.

O baixo desempenho da educação brasileira em âmbito nacional e internacional demonstra a magnitude e a complexidade da questão e leva à reflexão sobre os vários fatores que interferem na formação de professores. Nessa conjuntura de expansão da oferta de educação básica, é grande a demanda por profissionais qualificados para atuar em todos os níveis do processo de escolarização. Nessa perspectiva, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) assinalou importante momento da educação brasileira e trouxe para a pauta de discussão novos desafios que abrangem das finalidades e fundamentos da formação à valorização do magistério e experiência docente. A partir de então, novas exigências e espaços de formação foram delimitados, conforme se pode constatar no artigo 62, segundo o qual:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Como decorrência dessa exigência, a partir da promulgação da nova LDB grande número de professores dos primeiros anos do ensino fundamental passou a buscar o curso de Pedagogia, com o objetivo de atender a indicação de formação superior. Segundo Martins (2002), num

intervalo de três décadas e meia o ensino superior brasileiro experimentou significativas mudanças em sua configuração e funcionamento e uma complexa rede de estabelecimentos públicos e privados se constituiu, incorporando um público mais diferenciado socialmente. Como resultado do aumento da demanda por acesso ao ensino superior, novos atores e instituições passaram a compor o cenário educacional brasileiro. O curso de Pedagogia não está à margem desse processo. O estabelecimento da obrigatoriedade de formação de professores em instituições de ensino superior, ao mesmo tempo que atende a antigas reivindicações do movimento organizado dos professores e redefine o papel do Curso de Pedagogia, tantas vezes ameaçado, transformou o período pós-LDB num momento de afirmação desse curso. Posteriormente, a Lei nº 10.172, de 2001, que aprovou o Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2001), definiu a qualidade do ensino como um dos objetivos a serem alcançados, juntamente com a valorização do magistério. Um grande desafio, portanto, para a melhoria da educação escolar brasileira.

Embora admitida em nível médio, a formação de professores em cursos superiores passa a ser indicada como preferencial, inclusive para a Educação Infantil, trazendo como consequência a ampliação da oferta de cursos na modalidade presencial, e a distância. Nesse cenário, o Programa Universidade para Todos (ProUni) representa importante tema para estudo, por sua natureza polêmica, pela repercussão e volume de trabalhos críticos que gerou e, no que diz respeito à pesquisa que dá suporte à presente a comunicação, pela necessidade de caracterizar os cursos de Pedagogia que aderiram ao Programa e oferecem bolsas em cursos de Pedagogia para professores em efetivo exercício do magistério em escolas públicas e também na modalidade ampla concorrência, ou seja, para qualquer egresso do ensino médio que preenchendo as exigências necessárias¹ elejam o curso de Pedagogia como uma de suas opções de curso superior.

André *et al* (1999), em pesquisa na qual foram analisados 115 artigos publicados em dez periódicos nacionais, 284 dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação e 70 trabalhos apresentados no GT de formação de professores da ANPED, já assinalavam o excesso de discurso sobre o tema da formação docente, a escassez de dados empíricos para referenciar práticas e políticas educacionais e ainda os poucos estudos existentes sobre o Curso de Pedagogia. Mais recentemente, em texto de 2007, Brzezinski apresenta os temas predominantes no GT 08, da ANPED, segundo as pesquisas realizadas em três períodos:

- a) **Período 1992-1998**² Temas privilegiados: Formação Inicial de Professores; Formação Continuada; Profissionalização Docente; Práticas pedagógicas e Revisão da Literatura.
- b) **Período 1999-2003**³ - Temas privilegiados: Formação Inicial; Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional Docente; Saberes Docentes e Aprendizagem Profissional; Profissão Docente e Identidade Profissional; Profissionalização e Socialização Docente; Formação de Professores (aspectos gerais) e Outros (trabalhos considerados não diretamente relacionados à área).

- c) **Período 1999-2006⁴** - Temas privilegiados: Identidade e Profissionalização Docente; Trabalho Docente; Concepções de Docência e de Formação de Professores; Formação Continuada; Formação Inicial com 10 trabalhos; Políticas de Formação de Profissionais da Educação; Revisão de Literatura.

Como se pode verificar, a observação de André ainda se mostra atual, no que se refere à escassez de estudos sobre o Curso de Pedagogia. Assim, com o propósito de analisar o ProUni, política pública que interfere direta e indiretamente na formação de professores, este texto, apresenta um primeiro olhar sobre a oferta de bolsas do ProUni para os cursos de Pedagogia, no âmbito da pesquisa em andamento “Trajetória dos Bolsistas do ProUni dos cursos de Pedagogia do Rio de Janeiro”.⁵ Pretende-se acrescentar à vasta literatura crítica existente sobre o Programa, que, condicionada pela oposição ensino superior público *versus* ensino superior privado, tem privilegiado a abordagem macrosociológica, informações empíricas que levem em conta as dimensões culturais e pedagógicas dessa política pública e os possíveis rebatimentos da oferta de bolsas para professores nos cursos de Pedagogia.

Inicialmente apresentaremos o Programa Universidade para Todos e em seguida procuraremos expor os primeiros achados da pesquisa, aos quais acrescentaremos as questões suscitadas, cujas respostas dependerão da fase de trabalho de campo ainda em estágio inicial.

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

A análise das reformas do ensino superior e dos papéis assumidos pela educação diante das transformações em processo na sociedade brasileira tem sido realizada por diferentes vertentes teóricas. O valor social da educação e o desejo de que seja um bem acessível, em níveis cada vez mais elevados, às próximas gerações está presente em todas as classes sociais, conscientes das exigências do cada vez mais competitivo mundo do trabalho. Em que pese a expansão acentuada do atendimento aos alunos no ensino superior, nos últimos 40 anos, este crescimento ainda não se revela suficiente para reverter algumas taxas bastante desfavoráveis, quando comparadas com outros países da América Latina. (PORTO; RÉGNIER, 2003).⁶ Atualmente, o índice da região é de 24%, retraído principalmente por países como o Brasil, que mantém apenas 13,2% da população dessa faixa etária na graduação (CARVALHO, J. R. 2009). Como uma das medidas para enfrentar essa situação, o ProUni foi criado para atingir a meta do Plano Nacional de Educação de colocar no ensino superior, até 2010, pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos, por meio da concessão de bolsas de estudo em instituições de educação superior privadas, a estudantes de baixa renda, em troca da isenção de alguns tributos.

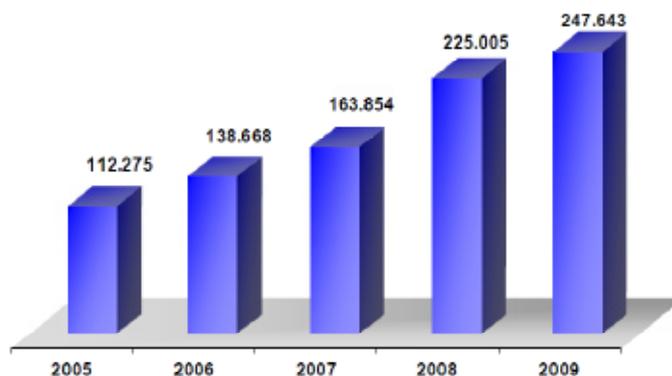
Criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni) foi transformado posteriormente na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Como política pública, é parte da reformulação das políticas sociais às quais o Brasil aderiu, por exigências decorrentes da adoção da lógica neoliberal e dos consequentes acordos de comércio que entendem como parte do crescimento econômico a necessária transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada. Insere-se, assim, no contexto das reformas

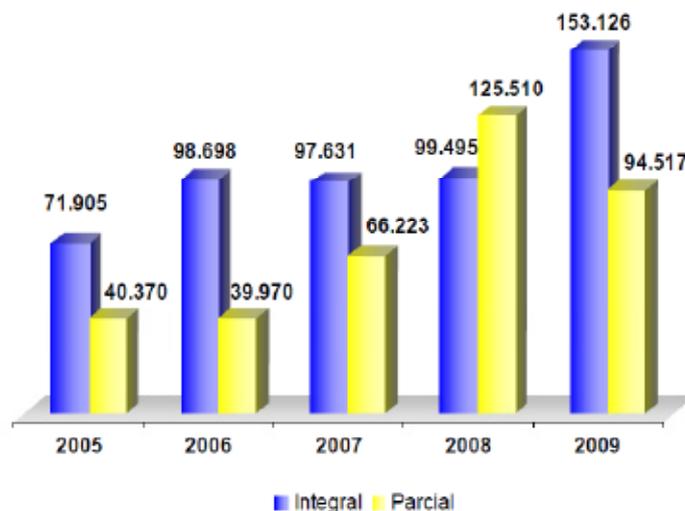
educacionais implementadas na América Latina, a partir da década de 1990, por recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC), como forma de atender as necessidades do mundo globalizado. Como ação afirmativa, pode ser considerada uma medida de impacto popular que, segundo dados do MEC, já beneficiou, do ano de sua implantação até o segundo semestre de 2009, mais de 600 mil estudantes, 70% deles com bolsas integrais. Seus críticos, entretanto, denunciam o caráter falsamente democratizante e assumidamente assistencialista do Programa, por facilitar o acesso sem garantir a permanência, e transformar o que é direito do cidadão em benefício. O verdadeiro propósito do ProUni seria expandir o ensino superior sem aumentar os gastos, conforme a recomendação dos organismos multilaterais, atendendo a um só tempo a demanda da sociedade civil e os interesses privatistas, na medida em que os bolsistas ocupam as vagas ociosas das Instituições de Ensino Superior Privadas. Trata-se, de acordo com Catani, Hey e Gilioli (2006), de uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado.

É inegável que, como política de inclusão, a criação do ProUni pode ser caracterizada como uma ação imediatista, visto que tal medida não soluciona as questões da qualidade do ensino básico e ainda o da educação como direito, conforme reza o texto constitucional, e ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto, é importante ressaltar que, do processo de negociação do qual resultou a criação do Programa participaram representantes dos movimentos sociais, além de setores do governo e instituições de ensino superior privadas (FACEIRA, 2009). A meu juízo, longe de se mostrarem suficientes, as críticas ao ProUni, suas motivações e limitações, apenas reforçam a necessidade de estudos que possam agregar conhecimento ao assunto, no que se refere às suas implicações e consequências práticas, tomando-se em consideração a população à qual o Programa se destina.

A primeira turma de bolsistas do ProUni foi selecionada em 2005. Os gráficos abaixo mostram o número de bolsas concedidas da implantação do Programa até o segundo semestre de 2009 e ainda a distribuição de bolsas integrais e parciais:

Bolsas ofertadas por ano





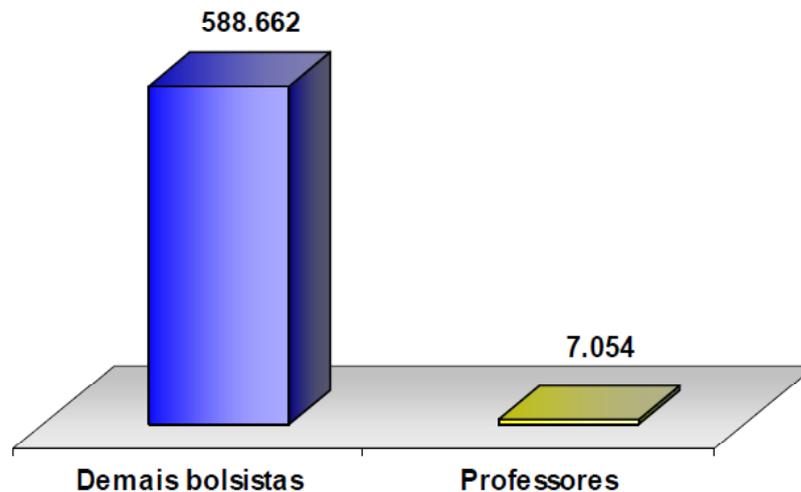
Fonte: SISPROUNI 08/07/2009
Bolsistas ProUni 2005 – 2º/2009

Os requisitos exigidos para a candidatura a uma bolsa do Prouni são: a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio, a renda familiar por pessoa de até um salário mínimo e meio, para os que concorrem a uma bolsa integral, ou menor ou igual a três salários mínimos, para os que pretendem bolsa parcial. O candidato deverá ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em escola privada com bolsa integral da instituição, ou todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição. No que se refere aos professores, a Lei 11.096 prevê:

A bolsa será destinada a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei. (BRASIL, 2005)

O Prouni reserva, ainda, bolsas às pessoas com deficiência e aos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos. O percentual de bolsas destinadas aos cotistas é igual àquele de cidadãos pretos, pardos e indígenas, em cada Estado, segundo o último censo do IBGE. Vale lembrar que o candidato cotista também deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do programa. O gráfico abaixo apresenta uma visão recente da participação dos professores no Programa relativamente a estudantes em busca de outras carreiras⁷. Os professores representam 1,18% dos estudantes contra 98,82% dos bolsistas das demais carreiras.

Bolsistas - Professores da Educação Básica Pública

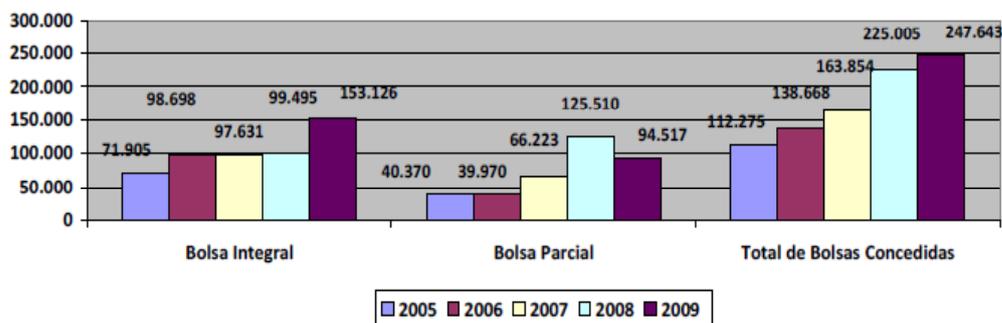


Fonte: Sisprouni 2009

O PROUNI E A OFERTA DE BOLSAS PARA ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

A discussão sobre o Programa Universidade para Todos, como política pública, por sua natureza polêmica e pela repercussão social que sua implementação tem acarretado, apresenta diversas faces e possibilidades de discussão. As restrições ao Programa e os principais argumentos de seus numerosos críticos já são razoavelmente conhecidos. Denunciam-se seus supostos benefícios, bem como o caráter assistencialista da distribuição de bolsas para estudantes que atendendo, a certos requisitos, desejam prosseguir os estudos em nível superior. Ressalta-se, ainda, o favorecimento de instituições privadas por meio da renúncia fiscal. Entretanto, como se pode verificar no gráfico seguinte, do ano de sua implantação até o segundo semestre de 2009 o número de bolsas concedidas duplicou.

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS OFERTADAS PELO PROUNI
(POR TIPO DE BOLSA E ANO DE REFERÊNCIA)**



Fonte: Sisprouni 2009

Como analisar esse fenômeno? Quem são estes estudantes? Que escolas do ensino médio frequentaram? Como explicar o significativo aumento de aspiração pelo acesso ao ensino superior? Estudos recentes da Sociologia da Educação, no Brasil têm procurado compreender como certos indivíduos, na busca por escolarização em nível superior escapam à lógica da reprodução⁸. Seria o caso de concordarmos com autores que detectam uma corrida em massa para a universidade, sugerindo a existência de um “projeto coletivo de escolarização”? (HONORATO, 2005).

O acesso a um curso superior por parte de estudantes anteriormente alijados desse cenário, seu impacto no mercado de trabalho e no equilíbrio de forças entre o ensino superior público e o privado certamente representam alguns dos importantes temas a carecerem de investigação na década que se inicia. A formação de professores prevista na LDB traz para o centro da discussão um aspecto até então negligenciado da questão, a saber, a busca pelo curso de Pedagogia por parte de professores da escola pública que, a partir da oferta de bolsas do ProUni, passaram a ter a possibilidade de frequentar um curso superior.

Segundo pesquisa da Fundação Carlos Chagas (2008), “[...] existiam em 2006 1.562 cursos de Graduação presencial em Pedagogia, no Brasil, com cerca de 281.000 alunos [...]”, 62% deles matriculados em instituições de ensino superior privadas. A forte presença de instituições dessa natureza e conseqüentemente do grande contingente de alunos que acorrem aos seus cursos enseja uma série de questionamentos, dentre os quais o do impacto que a oferta de bolsas para professores, por parte do Programa Universidade Para Todos (ProUni), pode representar na formação desses profissionais.

O CAMINHO ATÉ A PESQUISA

A partir de uma curiosidade inicial sobre a oferta de bolsas do ProUni para alunos que não conseguem matricular-se em instituições de ensino superior públicas e buscam, em consequência, as instituições privadas, exploramos alguns estudos já realizados e delineamos nosso objeto de investigação. Num primeiro momento, causava estranheza o fato de alunos oriundos de escola pública preencherem, além do requisito da renda, o da aprovação no Exame Nacional de Cursos (ENEM). É certo que nota de corte não é necessariamente alta, mas como bem lembram os bolsistas no documento “Carta Aberta dos Estudantes do ProUni ao Ministro de Estado da Educação” (2007), o estudante do ProUni, além de passar por uma seleção de mérito, enfrenta concorrência aberta por determinadas vagas e tem demonstrado desempenho igual ou superior ao dos alunos que ingressaram por meio de outros processos de seleção.

Na busca pela compreensão do impacto do Programa nos cursos de Pedagogia, circunscrevemos, inicialmente, a cidade do Rio de Janeiro para pesquisar a trajetória dos bolsistas, de modo a reconstruirmos suas histórias e as principais razões da escolha por esse curso e não outro, e ainda sobre o significado de acesso ao ensino superior via Programa Universidade para Todos. A busca inicial por informações sobre a posição dos cursos de Pedagogia na oferta de bolsas do ProUni nos colocou diante das seguintes informações, de caráter geral, importantes para uma visão panorâmica do assunto.

Foram oferecidas⁹, no segundo semestre de 2010, 8.648 bolsas, pelo sistema de ampla concorrência e pelo sistema de cotas, para cursos de Pedagogia em todo o território nacional. Desse total, 2.851 para cursos presenciais e 5.797 para cursos a distância. A tabela abaixo mostra a distribuição da oferta segundo a categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior que as oferecem:

<i>Oferta de Bolsas do ProUni para Estudantes de Pedagogia Distribuídas Segundo a Categoria Administrativa da IES</i>	
Universidades	43
Institutos de Ensino Superior	50
Faculdades	157
Centros Universitários	32
Total de Instituições	282

Nota: Quadro elaborado a partir do Site do ProUni (Oferta de bolsas por Cursos para 2010.2)

Mesmo considerado pequeno em relação ao total de bolsas oferecidas para todos os cursos, algumas questões podem ser levantadas, em função da grande variedade de instituições que participam do Programa e do caráter majoritário da oferta de bolsas em cursos a distancia.

No que se refere ao Rio de Janeiro, mapeamos inicialmente os cursos de Pedagogia que aderiram ao ProUni e, embora a pesquisa esteja em andamento, já é possível apresentar algumas considerações e questionamentos que julgamos importantes, para o momento. Apesar da dificuldade de obtenção de dados específicos sobre nosso objeto de pesquisa, foi possível, a partir da relação das bolsas ofertadas por semestre por curso e por unidade da Federação, saber quem as está oferecendo, onde, em que turnos e em que modalidades. No primeiro semestre de 2010, foram oferecidas, por 18 Instituições de Ensino Superior, 143 bolsas, 14 delas para cursos a distância, oferecidos por diferentes instituições. O Quadro seguinte apresenta as instituições e ainda o número de bolsas disponibilizado por cada uma delas:

<i>Bolsas do ProUni Para Cursos de Pedagogia, no 1º Semestre de 2010 Segundo a Instituição e o Tipo de Bolsa</i>						
IES		Número de Bolsas				Total
Categoria Administrativa		Integrais	Parciais	Por Cotas	A m p l a Concorrência	
Universidades						
1	Universidade Veiga de Almeida	15		6	9	15
2	Universidade Estácio de Sá	10		5	5	10
3	Universidade Luterana do Brasil ¹⁰	11		5	6	11
4	Pontifícia Universidade Católica do RJ	6		3	3	6
5	Universidade Candido Mendes	12		5	7	12
Total	05	54		24	30	54

Centros Universitários						
1	Centro Universitario Bennett	4		2	2	4
2	Centro Universitário de Maringá ¹¹	1			1	1
3	Centro Universitário Carioca	12		4	8	12
4	Centro Universitário da Cidade	6		2	4	6
5	Centro Universitário Moacir Bastos	2	4	3	3	6
Total	05	25	4	11	18	29
Faculdades		B o l s a s integrais	Parciais	Por cotas	A m p l a concorrência	Total
1	Faculdade São Judas Tadeu	9		4	5	9
2	Faculdade São José	3	9	5	7	12
3	Faculdade Internacional Signorelli	2	4	3	3	6
4	Faculdade Internacional de Curitiba ¹²		2		2	2
5	Faculdade Geremário Dantas	1	25	1	25	26
6	Faculdade Cenecista	3		1	2	3
7	Faculdade Souza Marques	1			1	1
8	Faculdades Integradas Campograndenses	1			1	1
Total	08	20	40	14	46	60

São 99 bolsas integrais e 44 parciais distribuídas da seguinte maneira: 49 por cotas e 90 em ampla concorrência.

Qual a relação entre a oferta e a procura dessas bolsas? Sobram ou faltam vagas? Quem são os estudantes que preenchem essas vagas? Qual a trajetória que percorreram até a obtenção da bolsa? Qual o perfil das escolas médias que frequentaram? Essas são apenas algumas das questões ainda não respondidas sobre o tema, dada a carência de pesquisas empíricas sobre o assunto e ainda a ausência de informações consolidadas e acessíveis aos pesquisadores que se interessam pelo assunto.

É importante ressaltar que trabalhamos com o número de bolsas disponibilizadas, mas de fato apenas a continuidade da pesquisa revelará se de fato tais bolsas foram de fato aproveitadas. Também é importante verificar se, além daqueles que se matriculam por serem professores em busca de atendimento às exigências da LBD, também existem, e em que porcentagem, estudantes que, ao ingressarem no Ensino Superior pela via do ProUni, têm o curso de Pedagogia como escolha preferencial. Essas e muitas outras questões, como a escola de origem, escolaridade dos

pais, posição sobre o ProUni, desempenho acadêmico, expectativas sobre o curso e avaliação sobre a formação recebida ficarão para a próxima etapa da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final dos anos 1980, o Brasil vem implementando políticas públicas voltadas para a formação de professores qualificados, que possam contribuir para resolver os graves problemas enfrentados pela educação básica. O período pós-LDB exigiu de educadores e instituições educacionais grandes adaptações e o tema da formação, sempre tão presente nas produções acadêmicas, ganhou nova configuração com a ampliação e diversificação dos espaços formativos.

De acordo com o censo de 2008, o maior número de cursos de licenciatura e de bacharelado concentra-se nas instituições privadas de ensino superior, que também são responsáveis, segundo pesquisa da Fundação Carlos Chagas (FORMAÇÃO, 2008”, p. 7), por (56%) da oferta de cursos presenciais de Pedagogia no Brasil. 62% dos alunos matriculados nesse curso estão nessas instituições. A nova Lei também deu margem à escalada de cursos à distância, nas modalidades presencial e semipresencial. No que se refere à relação ProUni/ Cursos de Pedagogia, chama atenção a predominância, na oferta global de bolsas, para cursos a realizados a distância, oferecidos tanto por universidades quanto por Centros Universitários. É fato que tal política amplia as possibilidades de acesso ao ensino superior a professores e outros candidatos aos cursos de Pedagogia, entretanto, a necessidade de acompanhamento e fiscalização torna-se mais e mais evidente.

As novas configurações que a formação vem adquirindo a partir das políticas recentemente implementadas, assumem cada vez mais importância, exigindo dos pesquisadores a permanente busca de equilíbrio entre as dimensões teóricas e empíricas dos fenômenos, de modo a melhor compreendê-los. Em *A miséria do mundo*, (1997) Bourdieu adverte que, embora louvável, a necessidade de ver as coisas de perto pode nos levar, muitas vezes, a procurar os princípios explicativos no lugar onde eles não se encontram, ou seja, no próprio lugar da observação. Por outro lado, em outros escritos, alerta para o perigo de sobrepormos os modelos ao exame das realidades concretas. Longe da interpretação reducionista que muitos críticos do reproduzimento fizeram de sua obra no Brasil, a herança sociológica de Bourdieu ultrapassa, pela negação do objetivismo, a absolutização da força das estruturas sem, entretanto, suprimir a ação dos indivíduos do jogo social. É nesse equilíbrio delicado que tentamos conduzir nosso trabalho.

(Endnotes)

1 NOTAS

Atendimento ao critério de renda e aprovação no ENEM e ser egresso do ensino médio público ou particular na condição de bolsista.

2 ² Pesquisa baseada em 70 trabalhos.

3 Pesquisa baseada em 55 trabalhos.

4 Pesquisa baseada em 83 trabalhos. Resultados preliminares válidos até a época da publicação do texto.

5 A pesquisa se desenvolve no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESA e recebe apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ).

- 6 Apenas 13% dos jovens brasileiros entre 20 e 24 anos encontra-se matriculado em estabelecimentos de ensino superior, proporção muito menor que a alcançada por países como Argentina (36%), Uruguai (29%), Chile (28%) e Colômbia (17%).
- 7 Fonte: <http://site.prouni.mec.gov.br>
- 8 Ver o estudo de Jailson de Souza, "Por que uns e não Outros?"
- 9 <http://site.prouni.mec.gov.br/>
- 10 Curso a distância.
- 11 Curso a distância.
- 12 Curso a distância.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli et al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. *Educação e Sociedade*, Centro de Estudos Educação e Sociedade, ano XX, n. 68, p. 301-309, 1999 (Número especial: formação de profissionais da educação: políticas e tendências).
- BRASIL. LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em ago. 2010.
- BRASIL. Plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://pde.mec.gov.br>>.
- BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005: Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/legislacao.shtm>>. Acesso em: dezembro de 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRZEZINSKI, Iria. GT 8: a pesquisa sobre formação de profissionais da educação em 25 anos de história. In: 33ª REUNIÃO DA ANPED, Caxambu, 2007.
- BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004: institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/legislacao.shtm>>>>. Acesso em: dezembro de 2009.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 96, Campinas out. 2006.
- CARVALHO, José Carmelo. O PROUNI como política de inclusão: estudo de campo sobre dimensões institucionais e intersubjetivas da inclusão universitária, junto a 400 bolsista no biênio 2005-2006. GT: Políticas de Educação Superior / nº 11. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT11-3336--Int.pdf>>. Acesso em 25/11/2008.
- CARVALHO, José Renato. In: FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2009. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/gestor>>. Acesso em: dezembro de 2009.
- CATANI, Afrânio Mendes; HEY Ana Paula; GILIOLI Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, jul./dez. 2006. Dossiê: política de educação superior no Brasil no contexto da reforma universitária.
- COSTA, Marcio da; CUNHA, Marcela Brandão. Estudantes pobres recém-chegados ao ensino superior: o que pensam os próprios? *Revista Contemporânea de Educação*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, jan/jun 2007.

FACEIRA, Lobélia da Silva. *O ProUni como política pública em suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e microssociais: uma pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas Universidades na Região Metropolitana do Rio*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FORMAÇÃO de professores para o ensino fundamental: Instituições formadoras e seus currículos. Relatório Final de Pesquisa Coordenada por Bernadete Gatti e Marina Muniz Rossa Nunes. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, agosto de 2008.

GATTI, Bernadete. Diagnóstico, problematização e aspectos conceituais sobre a formação do magistério: subsídio para o delineamento de políticas na área. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Departamento de Pesquisas Educacionais, 1996.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

HONORATO, Gabriela de Souza. *Estratégias coletivas em torno da formação universitária: status, igualdade e mobilidade entre desfavorecidos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS. Rio de Janeiro, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. A formação de um sistema de ensino superior de massa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, São Paulo, fev. 2002.

PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. O ensino superior no mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória. Brasília, dez. 2003. Macroplan – Prospectiva & Estratégia.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

WEBER, Demétrio. ProUni recebe 822.254 inscrições para bolsas. *O Globo*, 12 fev. 2010.